



A luta sai à rua

Existem muitas e justas razões para participar na primeira iniciativa de massas de âmbito nacional convocada este ano pela CGTP-IN. Na jornada de 7 de Março, que se pretende que tenha expressão de rua em todas as capitais de distrito de Portugal continental e Regiões Autónomas, lutamos contra o aumento da exploração, da pobreza e exclusão social e das desigualdades, resultado de décadas de política de direita, agravada pelo actual Governo, que é preciso derrotar abrindo caminho à política alternativa de que o País precisa.

Centrais

94.º Aniversário do PCP

**Partido
com história
e com futuro**

Pag. 4

Encontro Nacional
do PCP debateu

**Soluções
para o País**

Pag. 4



Jornada nacional de luta da CGTP-IN

Todos na rua a 7 de

Existem muitas e justas razões para participar na primeira iniciativa de massas de âmbito nacional convocada, este ano, pela CGTP-IN. Na jornada de 7 de Março, que se pretende que tenha expressão de rua em todas as capitais de distrito de Portugal continental e Regiões Autónomas, lutamos contra o aumento da exploração, da pobreza e exclusão social e das desigualdades, resultado de décadas de política de direita, agravada pelo actual Governo, que é preciso derrotar abrindo caminho à política alternativa de que o País precisa.



Desde a entrada em funções do Executivo PSD/CDS e da aplicação do «memorando» subscrito pelas troikas nacional (PSD, CDS e PS) e estrangeira (BCE, FMI e UE), em 2011:

– O roubo nos salários dos trabalhadores dos sectores público e privado ultrapassou os 17 mil milhões de euros, e os reformados e pen-

Concentração em Lisboa
15h00, Campo das Cebolas
Rumo aos Restauradores

Há alternativa

«Está nas nossas mãos pôr termo a esta política e a este Governo!», afirma a Intersindical Nacional, para quem a organização, unidade e luta é a força dos trabalhadores, e a sua capacidade de resistência foi capaz de «condicionar e obstaculizar medidas defendidas pelo Governo, obter resultados e demonstrar que não há inevitabilidades».

«Temos alternativas!», salienta ainda a CGTP-IN, que aponta como propósito de fundo conquistar «uma política de esquerda e soberana».

Como medidas dessa mesma política, a Confederação Sindical indica:

- Renegociação da dívida e fim do Tratado Orçamental;
- Fim das privatizações e controlo pelo Estado das empresas e sectores estratégicos;

- Investimento público e dinamização do sector produtivo;
- Dinamização da contratação colectiva;
- Aumento dos salários (no mínimo 30 euros/mês), das pensões de reforma e dos apoios sociais;
- 35 horas para todos sem redução salarial;
- Revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da legislação laboral para a Administração Pública;
- Reposição dos salários, pensões, dias de férias e feriados roubados;
- Revogação da lei da «requalificação» e combate à precariedade;
- Direito ao emprego com direitos e à protecção no desemprego;
- Redução da carga fiscal sobre o trabalho e aumento da tributação do capital.

Março

**Romper com a política de direita!
Construir uma alternativa de
esquerda e soberana!**

sionistas foram esbulhados em mais de cinco mil milhões de euros com o congelamento das reformas, o agravamento fiscal e os cortes nos subsídios;

– Os desempregados viram negado o direito constitucional ao trabalho. 68 por cento dos inscritos nos Centros de Emprego não recebem prestação de desemprego;

– Cerca de 400 mil trabalhadores emigraram, na sua maioria jovens qualificados;

– O IRS aumentou para trabalhadores e reformados, mas o IRC baixou para as grandes empresas e grupos económicos, que não têm

pejo em enviar lucros para paraísos fiscais;

– Os 25 mais ricos passaram a dispor de um rendimento equivalente a 10 por cento do PIB de Portugal, mas o salário médio no nosso País ronda os 51 por cento do conjunto dos países da Zona Euro;

– A percentagem de população pobre ou socialmente excluída atinge os 27,5 por cento. Crianças, desempregados, trabalhadores com baixos salários e idosos são os mais afectados. Sem as transferências sociais, a pobreza e exclusão social atingiria quase metade da população.

Ao balanço da acção destrutiva e cruel deste Governo e desta política, acresce a ofensiva em curso contra as funções sociais do Estado. «Com a denominada “municipalização” da Educação, Saúde, Segurança Social e Cultura, o Governo não só não atribui aos municípios os respectivos recursos, como pretende desresponsabilizar-se das competências constitucionais que lhe estão atribuídas, para assim facilitar a privatização destes serviços com enormes prejuízos para a população», nota a CGTP-IN.

Com o PCP Uma política patriótica e de esquerda

Romper com política de direita e fazer emergir como possibilidade real uma política alternativa, patriótica e de esquerda, constitui não só um imperativo nacional e uma exigência patriótica como corresponde a uma legítima aspiração dos trabalhadores e do povo português, a qual é cada vez mais urgente concretizar face ao caminho para ao abismo económico e social a que o País está a ser conduzido.

O PCP afirma com confiança que a soberania de decisão reside no povo, que com a força do povo, com a sua luta mas também com as suas opções e escolhas, é possível romper com décadas de política de direita e abrir caminho a uma política vinculada aos valores de Abril.

A alternativa que o PCP propõe para um Portugal com futuro assenta em seis eixos fundamentais:

- Renegociar a dívida, rompendo com o gar-

rote que ela constitui ao desenvolvimento soberano de Portugal;

- Promover e valorizar a produção nacional e recuperar para o controlo público os sectores e empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro;

- Valorizar os salários e rendimentos dos trabalhadores e do povo e assegurar o respeito pelos direitos;

- Defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado, designadamente o direito à educação, à saúde e à protecção social;

- Adoptar uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresas e tribute fortemente os rendimentos do grande capital, os lucros e a especulação financeira;

- Rejeitar a submissão às imposições do Euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária.

94º aniversário do PCP

Partido com história e futuro

Na génese da fundação do PCP em 6 de Março de 1921 - inspirada pela Revolução Socialista de Outubro de 1917 - está a evolução ideológica dos sectores mais combativos do movimento operário português. São 94 anos de combate pela construção de uma sociedade sem classes, o socialismo e o comunismo, que ponha fim à exploração do homem pelo homem, às desigualdades, às discriminações, às injustiças e aos flagelos sociais que marcam o capitalismo.

Quer na luta contra a ditadura fascista que implicou para tantos e tantos militantes a prisão, a tortura e até a morte, quer em liberdade e nos tempos exaltantes da Revolução de Abril e na resistência à contra-revolução que até hoje perdura, os comunistas sempre se bateram em defesa dos direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo, contra as políticas que servem aqueles poucos que, à custa da exploração da imensa maioria, amassam fortunas.

Hoje o PCP apresenta-se co-



mo o partido da unidade e convergência democráticas, que propõe de forma clara uma política patriótica e de esquerda, que enfrenta a mentira e a falsidade transformadas em política oficial, que previne para novas ilusões e repetidas promessas de mudança.

Na actual torrente de corrupção e actos ilícitos, a acção e o percurso do PCP diferenciam-se e comprovam que os partidos não são todos iguais e que a verdade e o respeito pela palavra dada são pilares da sua intervenção quotidiana.

O PCP não se remete à atitude cómoda assumida por outros

de assistir à obra destruidora do governo PSD/CDS-PP mas propõe ao povo uma política alternativa.

Ao mesmo tempo que combate a política de direita, o PCP tem uma intensa intervenção e luta em defesa dos trabalhadores e do povo, marca presença em todos os momentos e locais em que é preciso afirmar direitos, combater injustiças, defender o emprego, horários e salários.

A situação actual demonstra que as prevenções e avisos do PCP ao longo dos anos se confirmaram, e que uma política patriótica e de esquerda é necessária e urgente.

PCP debateu soluções para o País

O PCP realizou, no passado dia 28, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, um Encontro Nacional sob o lema «Não ao declínio nacional. Soluções para o País», cujos objectivos essenciais foram o exame da situação económica e social, a avaliação das políticas e dos responsáveis pelos problemas do País e a identificação dos principais constrangimentos ao seu desenvolvimento.

No Encontro definiram-se e afirmaram-se as linhas de ruptura com a política de direita, da política patriótica e de esquerda e do caminho para a sua concretização, tendo sido sublinhadas as aprecia-

ções da reunião do Comité Central do PCP, realizada no dia 9 de Fevereiro, sobre a importância da iniciativa para o «desenvolvimento e intensificação da acção política» do Partido, «inscrevendo-se como elemento do maior relevo na projecção da intervenção na importante batalha política que constituem as eleições legislativas deste ano».

Entre as direcções de intervenção eleitoral mais imediatas, estão o desenvolvimento da acção nacional «A força do povo, por um Portugal com futuro, uma política patriótica e de esquerda»; o lançamento, a partir de 12 de Março, de uma ampla acção de contacto e es-

clarecimento, dirigida à afirmação da política alternativa que o PCP propõe e à auscultação dos problemas e aspirações dos trabalhadores e do povo; a promoção, até Maio, de um vasto conjunto de iniciativas de base concelhia que estabeleça uma relação de intervenção convergente no concelho e no País, envolva e mobilize eleitos, candidatos e activistas da CDU, bem como o prosseguimento da «Acção e Diálogo por uma Política Patriótica e de Esquerda», que envolva personalidades independentes; e a realização de diversas iniciativas comemorativas do 25 de Abril.